



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONTRIBUIÇÃO COM A EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

DÉBORA SPOTORNO MOREIRA MACHADO FERREIRA ¹

Resumo: Partindo da brilhante contribuição gramsciana acerca das relações de hegemonia e de sua dimensão eminentemente pedagógica, o presente ensaio visa problematizar a atuação profissional do assistente social no que diz respeito à sua inevitável contribuição com a educação da classe trabalhadora. Com uma dimensão eminentemente pedagógica, o fazer profissional do assistente social necessariamente, conscientemente, ou não, alimenta a hegemonia dominante, ou contribui para a sua superação. Ter isso como premissa é condição *sine qua non* para compreender o exercício profissional do assistente social sob a lógica da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Educação, classe trabalhadora, assistente social.

Abstract: Starting from Gramsci's brilliant contribution about the relations of hegemony and its eminently pedagogical dimension, the present essay aims to problematize the professional performance of the social worker with regard to his inevitable contribution to the education of the working class. With an eminently pedagogical dimension, the professional work of the social worker necessarily, consciously, or not, feeds the dominant hegemony, or contributes to its overcoming. Having this as a premise is a *sine qua non* condition to understand the professional practice of social workers under the logic of capitalist society.

Keywords: Education, working class, social worker.

1. INTRODUÇÃO

A célebre frase de Antônio Gramsci “Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica” (1999, p. 399) é uma constatação que ultrapassa a compreensão de seu tempo histórico e da sociedade na qual o autor

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

vivia. Com essa premissa, compreendemos, em comum acordo com o autor, que a totalidade da vida social está, inevitavelmente, permeada por relações pedagógicas que vão muito além das relações escolares ou escolásticas. Em uma perspectiva, crítica a contribuição teórica do autor nos permite compreender como dominam os dominantes e, por meio dessa compreensão, podemos apontar alternativas para uma nova hegemonia.

Esse é um dos esforços que o leitor verá desenvolvido neste ensaio acerca da dimensão educativa do trabalho do assistente social na (auto)formação da classe trabalhadora. Aqui iremos refletir como o exercício profissional dos assistentes sociais, dialeticamente, seja em qual dimensão da vida social ele seja exercido, contribui, conscientemente ou não, para reforçar e retroalimentar a hegemonia em vigor ou para combatê-la. E aqui não trataremos do profissional individualmente, mas da categoria.

O assistente social, como trabalhador, é duplamente atingido pelas reflexões aqui desenvolvidas, seja porque ele atua nas expressões da questão social que assolam diretamente os trabalhadores mais subalternizados da sociedade capitalista, seja porque ele também é parte dessa classe trabalhadora, e, assim, forma e forma-se nesse processo

Assim, este artigo será dividido em algumas reflexões iniciais acerca das contribuições Gramscianas sobre a construção de hegemonia e a importância da educação tanto para a preservação dela quanto para a sua superação. Apresentaremos os conceitos fundamentais do autor com vistas a compreendermos como as ideologias se disseminam, como são construídas e a importância dos processos educativos, entre eles o desenvolvido pelo assistente social.

Posteriormente, analisaremos o trabalho do assistente social e como a dimensão educativa de sua prática é desenvolvida, apoiando-nos em autores que entendem ser essa a dimensão de maior destaque do trabalho profissional, compreendendo que seu trabalho eminentemente educativo se expressa em todas as áreas e momentos do exercício profissional, seja fruto de uma reflexão prévia, de um embasamento teórico consciente ou não.

2. AS CONTRIBUIÇÕES GRAMSCIANAS ACERCA DA EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Para entendermos as contribuições de Gramsci acerca da importância de educar as classes subalternizadas, precisamos compreender que o autor se vale de conceitos-chave que são interligados e refletem sua concepção de mundo e sua leitura acerca da sociedade capitalista do seu tempo e país. Como os dominantes exercem seu domínio e os subalternos são subalternizados é uma das maiores questões que o italiano marxista se propõe a pensar. Precisamos afirmar: ele apresenta chaves de elucidação em seus conceitos que nos permitem abrir portas para a compreensão de elementos do nosso tempo e contexto social, tornando, em grande medida, suas contribuições atemporais.

Há um objetivo maior do pensamento gramsciano que é uma contribuição de forma decisiva para uma ação coerente, concreta e consolidada de transformação do modelo socioeconômico e uma preocupação com que essa ação não se dê meramente por uma imposição e nem por condução de uma vanguarda intelectual que se considera portadora de todas as aspirações da sociedade.

Para Gramsci, a educação é aquela que se dá não apenas no âmbito formal das escolas, mas também neste, nos espaços em que se constroem possibilidades para a construção do que ele chama de bom senso. Pela ampliação do arcabouço teórico e filosófico, pelo estudo da linguagem e a formação das massas, acredita-se que se criam as condições para a sua elevação de uma consciência *de si* para uma consciência *para si*.

Gramsci ainda vai além. Ele compreende que os sujeitos precisam ter um autoconhecimento no qual eles sejam capazes de se perceber enquanto homens e compreender-se como filósofos na medida em que para o autor *todos somos filósofos*, todos pensamos e todo trabalho humano, por mais braçal que seja, envolve um nível de intelectualidade e pensamento que torna os homens seres capazes de não apenas reproduzir, mas sim de produzir concepções de mundo distintas daquelas que lhes são apresentadas e/ou impostas.

Essa capacidade, obviamente, não é automática e não coloca para os

sujeitos, imediatamente, condições de mudança de sua situação social. Entretanto, é a alimentação dessa capacidade humana, via educação, que potencializa a construção de uma nova filosofia. Isso porque a compreensão de que todos os homens pensam sobre si não resulta na capacidade de eles pensarem por si. Esta precisa ser desenvolvida.

A consciência de classe não é assim uma epifania coletiva que se desperta automaticamente em cada trabalhador, não é um elemento que brota espontaneamente da subjetividade, é uma característica política da classe organizada.

A capacidade de desenvolvimento dessa consciência envolve a elevação das concepções de mundo que se dá por meio de um movimento cultural, uma vez que, para Gramsci, a cultura se dá na vida em sociedade em diversos níveis ou dimensões, que não acontecem de modo hierarquizado, mas coexistem a todo tempo. Sua composição dá-se em diversificadas quatro dimensões, as quais apresentam um processo que deve ser buscado por aqueles que defendem a superação da ordem do capital.

Assim, cultura é um compilado de concepções de mundo comum de um determinado coletivo, de um dado tempo histórico, que promove e dissemina ideologias que, quanto mais agregam indivíduos e grupos distintos, mais podem se constituir em novas hegemonias ou alimentar e sustentar as ideologias dominantes e a hegemonia vigente.

Constituem as diversas dimensões da cultura, ou concepções de mundo, apresentadas por Gramsci: o folclore, o senso comum, o bom senso e a filosofia da práxis.

Por *folclore* Gramsci compreende aquelas concepções de mundo tradicionais, historicamente herdadas, engessadas e que comportam valores e crenças tidas como imutáveis na sociedade, independente da realidade e do tempo histórico. Representam aquele conjunto de dogmas religiosos e de mitos e crenças populares supersticiosas.

O senso comum, de modo semelhante, são as concepções de mundo superficiais, compósitas e bizarras, que ainda apresentam elementos do folclore,

não são precedidas de reflexões teóricas aprofundadas e reproduzem explicações desorganizadas e impostas.

Muito utilizadas para reproduzir a ideologia dominante, essas formas de produção de conhecimento (ou dimensões da cultura) não devem ser desconsideradas. Até mesmo porque independente daqueles sujeitos que estão nos demais níveis culturais, que refletem com profundidade teórica estarem predominantemente distantes dessas influências, sua formação enquanto homem não prescinde de ser também composta por elementos dessas dimensões. As diversas dimensões culturais convivem e constituem, dialeticamente, desde o mais simples camponês até o mais erudito filósofo de ofício.

O bom senso, por sua vez, envolve a reflexão e a organização de concepções de mundo distintas com a capacidade de organizar as ideais e, sobre elas, refletir alternativas. Essa é uma dimensão que precede a mais evoluída de todas chamada de *filosofia da práxis*. É nessa última que se desenvolvem as filosofias críticas e a capacidade de pensar a realidade de modo dialético, histórico e a partir do real/concreto.

Para Gramsci, é a dimensão da filosofia da práxis aquela que devemos buscar que seja desenvolvida pelos intelectuais orgânicos junto às massas subalternizadas. Ela não pode ser exercida isoladamente, precisa partir da realidade e das concepções de mundo folclóricas. Nela não há dogmas, ela é devir e processo histórico,

uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto, antes de tudo, como crítica do "senso comum" [...] e, posteriormente, como crítica da filosofia dos intelectuais, que deu origem a história da filosofia e que, enquanto individual [...], pode ser considerada como 'culminância' de progresso do senso comum, pelo menos do senso comum dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, também do senso comum popular. (1999, p. 101).

Para chegar a essa dimensão cultural, precisamos tomar posse da nossa própria personalidade, conhecer-nos a nós mesmos;

o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um "conhece-te a ti mesmo" como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise. (GRAMSCI, 1999, p. 94).

Esse processo envolve uma ação que deve se dar completamente entrelaçada com as questões teóricas, visando a um determinado objetivo social. Isso porque “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam” (GRAMSCI, 1999, p. 103).

Assim, a cultura, na perspectiva ampliada, comporta ideologias. Para o autor, a ideologia é um dos elementos mais importantes de organização de uma dada sociedade e está presente implicitamente em todas as manifestações de vida individual e coletiva. Sempre pertencemos a algum grupo que possui concepções de mundo predominantes; temos nossas ideologias que nos aproximam como pertencimento a um determinado grupo de pessoas:

[...] pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham de um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: que tipo de histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? (GRAMSCI, 1999, p. 94).

A difusão de uma ideologia, para o autor, precisa se dar de forma racional. Ele apresenta algumas estratégias pedagógicas que devem adotar os que pretendem substituir as velhas concepções de mundo. São elas:

1) não se cansar jamais de repetir (variando literariamente a sua forma): a repetição é um meio didático muito eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na formação de elites intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tornarem seus “espartilhos”. Esta segunda necessidade, quando satisfeita, é a que realmente modifica o “panorama ideológico” de uma época. (GRAMSCI, 1999, p. 110).

Gramsci usa uma metáfora da fé e religião (laica) para expressar que é preciso estabelecer uma espécie de crença e confiança na nova ideologia, nessa concepção de mundo crítica de tal forma que as massas tenham paixão por essa filosofia e defendam-na mesmo que teoricamente nem sempre consigam se opor à ideologia dominante. Essa construção, se bem desenvolvida, pode apresentar a chegada de uma nova hegemonia.

O conceito gramsciano que melhor alinhava os demais e perpassa costurando sua obra como uma espécie de malha conceitual é o de hegemonia. Hegemonia é o processo de controle social de direção político-cultural e ideológica de determinada sociedade que se assenta em uma forma econômica específica. Representa a direção, é o controle ideológico e o consenso obtido pelas classes dominantes dos subalternos. O domínio, por sua vez, é o uso da força bruta do Estado via coerção, representando a dimensão mais restrita do Estado.

Os elementos do consenso que se relacionam com as ideologias estão mais bem desenvolvidos, no âmbito da sociedade civil, nos aparelhos de hegemonia. Os aparelhos de hegemonia são múltiplos: a igreja, a família, os sindicatos, a escola, os meios de comunicação de massas, até os nomes das ruas, os monumentos são expressão de uma determinada hegemonia. A vida social está crivada de aparelhos de hegemonia.

Exemplos claros, para o autor, de espaços que promovem a disseminação de ideologias e a formação de hegemonia são a igreja e a escola, por serem as maiores organizações culturais em todo mundo, dada a quantidade de pessoas que as utilizam.

Aqui voltamos àquela premissa inicial de que toda relação de hegemonia é pedagógica, e que essas relações se constroem durante toda a vida dos sujeitos históricos. Por isso,

A relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente “escolares”, através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem suas experiências e seus valores historicamente necessários, “amadurecendo” e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior. Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército. Toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais. (GRAMSCI, 1999, p. 399).

Hegemonia é sempre um conceito estruturante e o é porque ela é fundamental na construção do Estado. Para pensar a dinâmica da realidade, é fundamental que a coerção não se sobreponha muito ao consentimento, é preciso um equilíbrio entre essas dimensões que garantem a hegemonia. A coerção não se

explica apenas pela força bruta, e uma das formas absolutas de violência é a própria estrutura do processo produtivo no âmbito das sociedades capitalistas.

O modo de pensar e existir imposto ideologicamente pelo capital às massas age de maneira a constranger aqueles que não pensar como “deveriam”. Há diferentes formas de violência e, quando o trabalhador já incorpora, individualmente, a forma de ser da classe dominante, e ele próprio se vigia, ele exerce sobre si mesmo uma forma de violência que foi impressa pelo modo de produção, o que mostra que convencimento e coerção não estão em lados opostos. Quando difundimos uma determinada concepção de mundo que é incorporada pelo tecido social, é constrangedor não se identificar com ela, e esse constrangimento é uma forma de coerção. São, portanto, elementos comuns. É preciso que a coerção esteja latente para que a hegemonia se mantenha. A supremacia de uma classe supõe o entrelaçamento entre dominação e consentimento.

A incorporação de um novo estilo de vida que dá base para a sustentação e a perpetuação do modo de produção e de acumulação capitalista ocorre sem que seja explicitada a necessidade real. O que é difundido é que o trabalhador está construindo um projeto pessoal que vai atender às suas próprias necessidades e aspirações da classe trabalhadora. Assim, incorpora-se a falsa consciência necessária ao avanço do projeto dominante a partir do que Gramsci vai chamar de consentimento ativo dos governados.²

Ele representa a anuência com a nova forma de subsunção real da subjetividade do trabalhador ao capital. Isso se expressa em um novo tipo de organização do Estado que se manifesta no ideário liberal fundado no individualismo econômico e na livre iniciativa: como modelo *ideo-econômico*. Todos são livres para participar do mercado sem que seja necessária a autorização prévia de instâncias superiores.

A essência da hegemonia expressa-se no plano da concepção de mundo e das ideias. Elas constituem uma expressão muito clara das bases ideológicas necessárias ao modo de produção. Não são ideias descoladas do real, nem

2 Assim explica Gramsci (1989, p. 87) “Se ciência política significa ciência do Estado, e Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados [...]”.

desinteressadas. São ideias que dão estrutura à base material de um determinado modo de produção.

Logo, por sua vez, não é algo imutável e dado, não é uma condição contra a qual não há ingerências. Ela envolve um processo de necessária e permanente construção e manutenção. Precisa constantemente ser renovada e mantida. Primeiro, porque a realidade é dinâmica e não é integralmente previsível nem controlável e, segundo, porque a massa de subalternizados não é um aglomerado amorfo e inerte. A massa é constituída por pessoas dominadas, mas que, de uma forma ou de outra, refletem, pensam, se posicionam, mesmo que essa forma de pensar, refletir e se posicionar ocorra de modo desorganizado, sobretudo a partir daquela base de senso comum e, às vezes, até com elementos significativos do folclore.

Temos, nesse sentido, a compreensão, por exemplo, de que o liberalismo é suporte para um modelo econômico capitalista. A economia liberal está assentada em um arcabouço teórico. Houve, e há, ao longo da história, todo um trabalho de construção, manutenção e ampliação da hegemonia que faz com que o pensamento liberal esteja introjetado em toda a sociedade; mesmo que os sujeitos não saibam quais são as bases teóricas do liberalismo, agem a partir das prescrições do pensamento liberal. Essa base teórica foi e continua sendo formulada e reformulada por um grupo de intelectuais que conseguem, por uma série de mediações, dar a esse pensamento uma capilaridade em todo o tecido social.

Nesse sentido, é preciso incorporar uma concepção de mundo ou uma cultura-ideologia³ que seja coadunada com a estrutura e com as exigências do processo produtivo. Para isso, “ a vida na indústria exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes etc., que não é algo inato, “natural”, mas exige ser adquirido” (GRAMSCI, 1999, p. 251).

É necessário tornar o gesto de ser natural, transformá-lo em algo que

3 A concepção de Gramsci acerca de cultura e ideologia transmite-nos a compreensão de que são parte de um mesmo todo e, por isso, podemos utilizar a expressão neologística “cultura-ideologia”, a fim de destacarmos essa unidade teórica e filosófica do autor a respeito desses elementos que conformam a superestrutura e a vida social.

atravessa o motor, o cognitivo e o sentimental/emotivo dos homens em todos os aspectos da sua vida, desenvolvendo-se no sentido de atender aos interesses produtivos e reprodutivos do capital. É preciso criar capilaridade em todas as instâncias individuais e coletivas da vida. É a incorporação desse ideário que dá sustentação ao projeto societário do capitalismo.

Entretanto essa é uma questão que se move no campo da disputa cultural-ideológica. A batalha cultural se configura como elemento central na construção de hegemonia, na conquista de consenso e na direção político-ideológica das classes subalternas. Aqui entendemos que a hegemonia, enquanto totalidade, significa a “união entre estrutura e superestrutura, atividade de produção e de cultura, particular econômico e universal político” (SIMIONATTO, 2009, p. 46).

Há quem, devido ao destaque conferido pelo autor a cultura, ideologia e hegemonia, faça leituras enviesadas de Gramsci e o compreenda como um culturalista ou intelectual da superestrutura, como se o autor não concordasse com Marx acerca da preponderância das relações estruturais sobre a definição da ordem vigente. Entretanto, essa é uma interpretação totalmente equivocada do autor. Isso porque não apenas a todo instante Gramsci retoma, nas suas colocações, que é a estrutura quem determina, em última análise, a superestrutura, que, por sua vez, é capaz de criar pontos nevrálgicos de rupturas e transformações estruturais a depender de como se organizam as concepções de mundo e se constrói e reconstrói a hegemonia. Temos nas obras do autor uma integralidade articulada entre estrutura e superestrutura. Sua concepção de ideologia toma-a como cimento do bloco social;

(...) coloca-se o problema fundamental de toda concepção do mundo, de toda filosofia que se transformou em um movimento cultural, em uma “religião”, em uma “fé”, ou seja, que produziu uma atividade prática e uma vontade nas quais ela esteja contida como “premissa” teórica implícita (uma “ideologia”, pode-se dizer, desde que se dê ao termo “ideologia” o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individual e coletiva) – isto é, o problema de conservar a unidade ideológica em todo bloco social que está **cimentado** e unificado justamente por aquela determinada ideologia. [**grifo nosso**] (GRAMSCI, 1999, p. 99).

Os “tijolos”, nessa perspectiva, representariam a estrutura da sociedade, o modo de produção, que sem esse cimento (as concepções de mundo que sustentam ideologicamente a hegemonia capitalista) não se sustentam. Logo, fica evidente

como é frágil e desprovida de sentido real a ideia de que a ideologia fica no campo da superestrutura e a base material, no campo da estrutura. Tanto as dimensões estruturais da vida social quanto as superestruturais se entrelaçam e necessariamente existem em conjunto.

Isso porque em Gramsci “Cultura e política relacionam-se [...] à perspectiva de transformação social, às formas de aceitação ou contestação das relações de poder existentes na sociedade” (SIMIONATTO, 1999, p. 47). Ela não se dá, entretanto, apenas na perspectiva revolucionária. Pode representar, inclusive, a manutenção da dominação. Não existe apenas uma cultura, nem em um mesmo tempo histórico, nem em uma mesma sociedade. Pode haver diversos tipos de cultura e cada uma delas representa um ou mais interesses hegemônicos ou não. Por isso existe socialmente estabelecida a possibilidade de qualquer uma dessas concepções de mundo preponderar em relação às demais e resultar em manutenção da hegemonia vigente ou superação por uma nova.

Logo, na medida em que todos os homens são filósofos, no que diz respeito à sua capacidade inerente de pensar e refletir, essa sim é uma condição imanente dos homens; todos podem apropriar-se de novas concepções de mundo. Esse potencial é o que coloca a hegemonia sempre em xeque e exige que aqueles que dominam renovem suas estratégias para se manterem no poder.

Da mesma maneira, contraditória e dialeticamente, essa potencialidade humana permite que os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora tensionem e apresentem novas concepções de mundo que enfrem o senso comum e a dimensão folclórica culturalmente arraigados nas massas. A capacidade de todos os homens de pensar e de se desenvolver criticamente pode impulsionar os intelectuais que defendem um novo tipo de sociedade a mobilizar práticas educativas, sejam as escolares, sejam as das demais organizações culturais; sejam as dos aparelhos de construção de nova hegemonia, sejam as dos intelectuais da revolução e emancipação social, para a superação do capital e a instauração de uma sociedade emancipada

3. A DIMENSÃO EDUCATIVA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A

CONTRIBUIÇÃO INEVITÁVEL PARA A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Apreender de Gramsci sua percepção e sua concepção acerca de educação é entender que, para o autor, a educação abrange todos os processos que envolvem a formação da consciência. Nessa perspectiva, em todas as organizações da vida social, em todas as relações estabelecidas na produção e na reprodução da vida, os homens são educados. São pedagógicas todas as práticas sociais, e o trabalho do assistente social não poderia estar fora disso. Entretanto, alguns sujeitos, aparelhos, organizações e porque não dizer profissões possuem destaque na criação de consenso, na disseminação de ideologias, na construção e/ou manutenção de hegemonia.

Segundo Jacinto (2017), o trabalho do assistente social tem em si uma dimensão educativa; “No exercício das dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica, o(a) assistente social desenvolve um trabalho eminentemente educativo” (p. 78). Isso porque as relações profissionais que os assistentes sociais estabelecem no seu trabalho não se dão apenas sob a forma material, mas também ideológica, o que acaba por interferir na reprodução dos sujeitos por eles atendidos tanto do ponto de vista da sua vida física quanto subjetiva (ou até mesmo intelectual).

Em Gramsci, apesar de todos os homens serem filósofos conforme vimos anteriormente, alguns têm a função de intelectuais. O autor distingue ainda os tradicionais, que são os que historicamente se perpetuam incontestes na sociedade, tais como os clérigos, dos orgânicos, que se vinculam a determinadas concepções de mundo e grupos sociais. No caso destes, o autor defende que sejam constituídos intelectuais orgânicos das classes subalternizadas, que a ela se vinculem de maneira que a luta social se dê por meio de uma consciência de autoconhecimento crítico.

O intelectual orgânico das classes subalternizadas é aquele que “tem por função realizar o movimento entre concepção de mundo e contexto histórico-social, procurando estimular formas organizativas que permitam que a ação revolucionária

se desenvolva” (JACINTO, 2017, p. 80). É importante esclarecer que o autor não se refere a uma pessoa no sentido individual e singular, quando trata do intelectual, e sim a um conjunto, um aparelho de hegemonia, um grupo social. Um exemplo claro é que ele considera o partido político intelectual orgânico. Além disso, os intelectuais orgânicos não são necessariamente e apenas orgânicos da classe subalternizada, podendo também ser aqueles que estabelecem organicidade com a classe dominante.

Nesse perfil temos também o trabalho exercido pelo assistente social que

Ao viabilizar o acesso a um recurso material concreto ou contribuir com o acesso a um direito do usuário, o(a) assistente social não apenas repassa o material, mas o faz dentro de um processo educativo, que exige diálogo competente, troca de informações, orientações, potencialização da organização e mobilização dos sujeitos para a conquista dos seus direitos. A dimensão socioeducativa é, portanto, fundante na identidade do Serviço Social. O trabalho do(a) assistente social situa-se predominantemente no campo político-ideológico. (JACINTO, 2017, p. 81).

Assim, o trabalho do assistente social tem uma dupla possibilidade: tanto pode ser usado para legitimar desigualdades e aprofundar as relações de subalternização, atendendo aos interesses do sistema, quanto pode desenvolver ações que sejam favoráveis a estimular reflexões críticas acerca da dominação e contribuir, assim, para mobilização dos sujeitos e organização da classe trabalhadora. Logo, nessa última perspectiva, “o trabalho do(a) assistente social pode caminhar no sentido de contribuir com a consciência de classe dos trabalhadores atendidos [...]” (JACINTO, 2017, p. 82).

Logo, o trabalho dos assistentes sociais estabelece relações que fortalecem a classe trabalhadora por meio de ações educativas que realizam sua função pedagógica com duas possíveis direções: uma que se baseia nas práticas educativas subalternizadas e outra com as estratégias educativas emancipatórias (ABREU, 2004; 2011).

Essas duas possibilidades acontecem uma vez que não podemos negar o caráter contraditório da intervenção profissional, “uma vez que seu projeto ético político aponta para a direção social que tem como horizonte a emancipação humana, e sua atuação se dá dentro da sociedade capitalista, através de espaços que se configuram estratégicos para manutenção desta sociedade” (JACINTO,

2017, p. 83).

Entretanto, a função educativa do trabalho do assistente social nem sempre foi primordialmente direcionada com vistas à defesa de uma sociedade emancipada. Historicamente constituída como uma profissão que surgiu para dar respostas às expressões da questão social decorrente do processo de industrialização, de forma a conter as mazelas dele resultantes e manter a ordem vigente, imprimiu-se “ à função pedagógica do assistente social um caráter autoritário-moralista, mistificador das relações sociais” (ABREU, 2010, p. 91).

As funções pedagógicas do assistente social são assim desenvolvidas, ao longo da história da profissão, na perspectiva de conformismo mecanicista, exercendo funções coercitivas disfarçadas de ações humanistas. Assim, o relacionamento profissional, nessa visão, está fundado em relações desiguais e de exploração.

Essa concepção e esse cenário profissional não estão historicamente superados com a chegada do projeto ético-político na profissão. Isso porque, apesar de ser hegemônico, ele não é único e convive a cada dia com mais tensões no sentido de tentar colocar sua hegemonia em crise. Logo, convivem no Serviço Social projetos e práticas pedagógicas orgânicas à classe dominante e outros à classe trabalhadora.

Nosso projeto ético-político radicalmente comprometido com a classe trabalhadora dá o potencial de enfrentamento da alienação do trabalho. Sua dimensão de universalidade impregna o trabalho cotidiano com os interesses da coletividade e, nesse caso, dos trabalhadores, participando, assim, da dimensão da “grande política” e da *práxis social*. Apesar de o trabalho do assistente social não ser a *práxis*, os elementos contidos nele a contemplam e a compõem – no sentido de fazer parte da dimensão da *práxis* – e, por isso, pode o profissional, dialética e contraditoriamente, participar não apenas da manutenção da ordem, mas da luta pela sua superação e por uma sociedade emancipada.

Apesar desse compromisso e dessa hegemonia do nosso projeto, atualmente ela se encontra ameaçada pelo ultraconservadorismo, pelos apelos à religiosidade, pelas influências de um Estado com braço repressivo, pela precarização da

formação profissional e por todo o cenário político nacional ultraneoliberal. É preciso ter clareza que, diante de tudo isso, a categoria profissional não se encontra blindada ou imune.

Temos uma tensão entre o projeto profissional e a alienação do trabalho que é própria do seu estatuto de trabalhador assalariado, pois “o exercício da profissão é tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social, enquanto trabalhador assalariado, determinante fundamental na autonomia do profissional” (IAMAMOTO, 2017, p. 27).

A relativa autonomia profissional está ancorada na sua legislação de profissional liberal que o permite até se colocar em reclamações jurídicas se for o caso. Entretanto, a realidade e as condições de correlações de força no espaço ocupacional é que ditam essa autonomia, que inclusive, a depender do contexto histórico, social e político, alarga-se ou retrai-se.

Os organismos empregadores redefinem funções e atribuições dos seus empregados; oferecem os recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho; recortam as expressões da “questão social” que se tornam matéria da atividade profissional, o que condiciona conteúdo do trabalho realizado, estabelecendo limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais. (IAMAMOTO, 2017, p. 28).

A precarização das condições de trabalho, as contratações inseguras, a falta de vínculo profissional e todas as mazelas do mundo do trabalho contemporâneo atingem o assistente social enquanto trabalhador e, com isso, as políticas nas quais ele atua e os usuários aos quais destinam suas atividades.

São precárias também as condições de trabalho, não há respeito às exigências mínimas para atendimento, não se tem garantia de sigilo, os salários estão cada vez mais aviltantes, não se respeita a legislação de 30 horas de trabalho. Muitos são os registros de assédio no trabalho por parte dos assistentes sociais. Além disso, a religiosidade tem impregnado os profissionais, dessa vez não a católica, mas a protestante. O que não há problema algum quando se trata de uma escolha de coro privado, a questão está em deixar que a religiosidade conduza a prática profissional (IAMAMOTO, 2017).

Além disso, o perfil dos profissionais tem sido de cada vez mais pobres “reduzindo a distância social entre a categoria de assistentes sociais e o público

atendido, com refrações no universo cultural dos estudantes” (IAMAMOTO, 2017, p. 30). Por outro lado, a mudança nesse perfil socioeconômico dos profissionais traz, contraditoriamente, uma possibilidade de garantir uma relação de maior identidade e reconhecimento com os problemas vividos pelos usuários.

O que precisa estar claro é que essa vinculação do profissional em seu exercício é algo que não prescinde de sua vontade e/ou consciência política, teórica e/ou ideológica. Ela se operacionaliza mesmo que não seja de maneira objetivamente clara e concreta para os sujeitos profissionais.

Toda prática profissional está ideologicamente fundamentada, fortalece a hegemonia dominante ou contribui com a sua supressão. Por isso, é preciso, segundo lamamoto (2017), observarmos a dupla dimensão do trabalho profissional.

por um lado, a contribuição na reprodução material dos sujeitos, expressa na prestação de serviços sociais previstos nas políticas públicas; por outro, a dimensão educativa que incide na cultura das classes subalternas: nas suas maneiras de ver, viver e sentir a vida, que dispõem de uma dimensão coletiva na construção de uma contra hegemonia, nos termos gramscianos. E, no que se refere ao projeto societário, estimular e apoiar uma frente de esquerda que crie um patamar mínimo de unidade para contribuir na construção coletiva de um projeto para o Brasil nesses tempos de regressão conservadora que historicamente tendem a ser acompanhados de crescente intolerância política. (IAMAMOTO, 2017, p. 34).

Sendo capaz de contribuir com o estímulo à consciência crítica das classes subalternizadas, o assistente social pode se constituir em um intelectual orgânico nos termos gramscianos. Isso porque seu trabalho envolve, por excelência, um processo educativo, que é importante que seja desenvolvido de maneira consciente pelo profissional. É importante que o assistente social exerça seu trabalho de maneira crítico-reflexiva e consciente de que, enquanto o realiza, promove a conformação subordinada ou a formação crítica da classe trabalhadora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somos sempre orientados por teorias e concepções de mundo, tenhamos ou não clareza disso, nossas ações se dão movidas e fundamentadas por valores, e essas atividades individuais, no cotidiano, influenciam a *práxis* social, queiramos ou

não, propositalmente ou não.

É preciso nos aproximarmos da realidade em que os valores e as diretrizes se reconstroem, “é a realidade e as possibilidades históricas nela contida, ‘a régua e o compasso’ para a elaboração das nossas projeções” (GUERRA, 2015, p. 50).

Nesse entendimento, sendo educar um ato eminentemente político, e a consciência a condição primeira da transformação, é preciso que o primeiro ato da educação seja a conscientização. A leitura crítica da realidade dá-se na realidade, a partir dela e para ela. Por isso, primeiro se aprende a ler a realidade para depois se aprender a ler as palavras e as construções teóricas dessa realidade:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1989, p. 11).

Segundo o entendimento freiriano, esse processo de aproximação com o real e de leitura e interpretação deste deve se dar por meio de diálogos e troca contínuos entre os homens. Um diálogo verdadeiro não é impositivo. É, entretanto, papel do educador conhecer a concepção de mundo do educando e trabalhar com ele sua capacidade de desenvolver sob essa concepção um olhar crítico,

(...) uma educação dialógica não permite que o educador imponha sua visão de mundo ao educando, mas sim que dialogue com ele sobre a sua e a dele, que problematize a realidade concreta do educando, a fim de que este perceba se sua visão de mundo reflete a sua real situação de mundo. (JACINTO, 2019, p. 27).

Nessa perspectiva, o trabalho do assistente social estabelece esses diálogos, apresenta mais do que acesso a bens materiais, dá aos usuários informações, conhecimento, estrutura e recursos para saber como reivindicar esses direitos. É preciso ter acesso a: o que, como e onde buscar seus direitos; e o assistente social trabalha diretamente com isso:

À população não basta organizar-se para reivindicar; faz-se necessário ter acesso a um saber que a instrumentalize em relação ao como e ao que reivindicar, na busca de alternativas possíveis e de como viabilizá-las. O acesso a um recurso e/ou informação por um sujeito social crítico, consciente, é que transforma o direito formal em direito real. (VASCONCELOS, 2000, p. 130).

É preciso, assim, trabalhar na constituição de uma nova cultura, pois ela é

“um instrumento de emancipação política da classe operária, uma vez que, a partir dela, criam-se possibilidades de tomada de consciência em relação a problemas e situações comuns vividas pelos diferentes sujeitos sociais” (SIMIONATTO, 2004, p. 29)”. Essa possibilidade se dá porque a luta pela emancipação dos subalternizados não acontece apenas no terreno econômico. A *hegemonia vem das fábricas*, mas espraia-se pelo todo social como a fumaça de chaminé dessas mesmas fábricas que se espalha pelo ar.

Enquanto parte da classe trabalhadora, os assistentes sociais envolvem-se em um processo formativo dialético no qual, enquanto trabalham, contribuem para a sua autoformação e a dos demais trabalhadores atendidos. Semelhante à explicação de Marx acerca do trabalho em que os homens ao exercê-lo transformam, ao mesmo tempo, a natureza e a si próprios, os assistentes sociais, ao atuarem em sua profissão na sociedade, atuam como educadores da classe trabalhadora e se educam, concomitantemente, enquanto parte dessa classe.

Essa percepção consciente faz com que não percamos de vista também que “não obstante negarmos tal sociedade – ou melhor, o modo de vida social de determinada formação social –, se nela fomos formados, podemos estar impregnados dos seus valores, da sua ideologia e, portanto, negando-a, podemos “inconscientemente” reproduzi-la” (FORTI; COELHO, 2015, p. 19-20).

Isso porque, apesar de uma aproximação com o conceito de intelectual orgânico, esse não é um “diploma” atribuído aos bacharéis em Serviço Social. O que aqui trazemos para o debate é que esses profissionais contribuem, dada a natureza de sua profissão, com a dimensão da superestrutura social, são formadores de opinião, disseminam concepções de mundo e, com isso, necessariamente, seu fazer profissional atinge a dimensão estrutural do sistema.

Se historicamente nem sempre foi hegemônica na profissão a defesa de uma sociedade emancipada, a condição atual dessa hegemonia não é garantia de que ela não possa ser abalada e superada. Estejamos atentos ao nosso projeto ético-político, ao que ele representa não apenas para nós, mas para a formação crítica da classe trabalhadora, a qual também pertencemos. Sejam aguerridos na sua defesa, não apenas no campo teórico, mas especialmente no campo da *práxis*

profissional. Resistir é necessário! Em tempos de contraproducente ultraconservadorismo, sejamos insistentes revolucionários!

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 25, n. 79, p. 43-71, set. 2004.

CARDOSO, F. G.; MACIEL, M. Mobilização social e práticas educativas. *In: Capacitação em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais.* mod. 4. Brasília, DF: Ed. UnB, 2000. p. 141-149.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 1989.

FORTI, V.; COELHO, M. Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. *In: I. FORTI, V. GUERRA, I. (Org.) Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica.* Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2015.

GRAMSCI, A. Caderno 11. Introdução ao estudo da filosofia. *In: GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere.* v. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Edição C. N. Coutinho, M. A. Nogueira e Henriques, L. S. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Caderno 10 (1932-1935). A filosofia de Benedetto Croce. *In: GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere.* v. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Edição C. N. Coutinho, M. A. Nogueira e Henriques, L. S. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Caderno 12. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. *In: GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere.* v. 2. Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. (pp. 7-53). Edição C. N. Coutinho, M. A. Nogueira e Henriques, L. S. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Caderno 22. Americanismo e fordismo. *In: GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere.* v. 3. Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. Edição C. N. Coutinho, M. A. Nogueira e Henriques, L. S. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 2001. (pp. 237-282).

_____. **Maquiavel a política e o Estado moderno**. São Paulo: Civilização brasileira, 7ª edição, 1989.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. *In: Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

JACINTO, A. G. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **Revista Katálisis**. Florianópolis. v.20, n.1, p. 77-85, jan/abr, 2017.

_____. Dimensão educativa e Serviço Social: a contribuição da educação popular de Paulo Freire para o trabalho do assistente social. *In: JACINTO, A. G.; LIMA, M. J. de O. Estratégias e problematizações no trabalho social: o fazer profissional e a dimensão educativa*. Curitiba: CRV, 2019.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Classes subalternas, luta de classe e hegemonia: uma abordagem *gramsciana*. **Revista Katálisis**. Florianópolis. v.12, n.1, p. 41-49, jan/jun, 2009.